

Desde os seus primórdios, as civilizações utilizaram a tradução como intercâmbio cultural entre os povos. No entanto, nunca foi elaborado um panorama histórico do papel que essa atividade representou para a evolução da humanidade. É nessa perspectiva que, sob a coordenação de Jean Delisle e Judith Woodsworth, um grupo de especialistas de várias partes do mundo se debruçou sobre essa tarefa, tentando preencher uma lacuna até então existente.

A obra *Os tradutores na história* se articula em torno de nove temas, que correspondem a algumas facetas do trabalho de tradutores e intérpretes. O seu objetivo é lembrar a importância de tradutores do passado e ao mesmo tempo valorizar essa profissão, mostrando como ela contribuiu para a história intelectual e cultural da humanidade ao longo dos séculos.

Resultado: um grande painel que se oferece ao leitor com as personalidades da história da tradução que deixaram suas marcas, seja inventando alfabetos, colaborando para o enriquecimento das línguas, estimulando a formação

Mulheria
13/9/2002

a
as
os

ESCRIT

a
as
os

COLEÇÃO MÚLTIPLAS ESCRITAS

Organizado e dirigido por
Jean Delisle e Judith Woodsworth

OS TRADUTORES NA HISTÓRIA

Tradução
Sérgio Bath

ea
editores ática



Figura 8: Okot p'Bitek

4

OS TRADUTORES E A DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

Desde a invenção da escrita, os povos procuram adquirir o conhecimento técnico e científico dos seus vizinhos, e nessa antiga busca pelo que era visto como informação útil as traduções ocuparam um espaço muito amplo. Não há dúvida de que esse processo de apropriação de descobertas alheias provocou a disseminação e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Contudo, o objetivo dos tradutores não se limitou ao enriquecimento da sua nação; muitas vezes, eles procuraram promover a pesquisa por si mesma. Atuando como educadores, e não apenas como educandos, utilizaram o conhecimento ganho com seu trabalho para contribuir para o progresso científico, de modo geral. Por isso, os tradutores que deixaram marca na história não devem ser considerados como canais passivos de informação especializada, mas sim como agentes inteiramente envolvidos com os textos que reformulavam em outra língua. Nas palavras de Henri Fischbach, "A tradução foi a chave do progresso científico, expondo sucessivamente a cada inventor ou descobridor o que pensavam seus predecessores, que tinham expressado idéias inovadoras em outra língua" (1992, p. 194). Talvez mais do que qualquer outra modalidade, a tradução técnica e científica é um instrumento de fertilização cruzada, de transformação e progresso. Sem a tradução não haveria o fenômeno moderno da "transferência de tecnologia". Como disse Giordano Bruno (1548-1600), o filósofo italiano da Renascença, "A tradução assegura a descendência de toda ciência". Ela é uma fonte de inspiração, e não um fim em si mesma; estimula a reflexão e atua como um ponto de partida para a pesquisa ulterior. Em conseqüência, a tradução e o comentário que a acompanha muitas vezes se fundem, e na obra dos tradutores científicos e técnicos do passado pode não ser fácil distinguir entre a reprodução e a criação. O

tradutor e autor russo Vassíli Kirílovitch Trediakóvski (1703-69) proclamou: "Só no nome há uma diferença entre os tradutores e os autores".

Sem os tradutores, "os grandes polinizadores da ciência" (Fischbach, 1992), esta não teria alcançado o *status* universal que tem hoje. Examinando a atividade da tradução ao longo dos séculos, podemos traçar um mapa da migração do conhecimento e da cultura dos centros mais importantes da Ásia (a China e a Índia) para a Grécia, do Oriente Médio para a Europa e depois para as Américas. Desde os tempos da antiga Grécia, certas cidades se destacaram como pontos de convergência de culturas, onde estudiosos e tradutores se encontravam. A tocha do conhecimento passou por Atenas, Alexandria, Roma, Bizâncio, Edessa (Urfa, na Turquia moderna), Jundishapir (Irã), Bagdá, Córdoba, Toledo, Salerno, Florença, Paris e Londres. Da Antiguidade até o presente, a língua da ciência no Ocidente e no Oriente Médio foi, sucessivamente, o grego, o árabe, o latim e o inglês. Na Idade Moderna, o trabalho dos pesquisadores passados e contemporâneos se difunde por todo o mundo; nenhum país, por mais poderoso, nenhuma cidade, por mais prestigiosa, pode pretender ser o repositório exclusivo do conhecimento humano. O esforço dos tradutores teve como resultado a proliferação dos centros de conhecimento.

Nos primeiros dias da civilização, a escassez e o custo do papiro e pergaminho constituíam um obstáculo ao progresso da ciência e dificultavam a produção das traduções de modo geral, particularmente das traduções científicas. A invenção do papel (por volta do ano 105), atribuída a Cai Lun (Ts'ai Lun)', da China, foi essencial para a difusão das traduções. Quando os árabes ocuparam Samarcanda, no moderno Usbequistão, em 712, eles aprenderam a fabricar folhas delgadas com uma polpa de fibras de linho. A primeira fábrica de papel foi instalada em Bagdá em 794. O desenvolvimento da indústria do papel levou ao aumento do número de traduções e a uma nova demanda por livros. Em pouco tempo, o papel se tornou disponível em todo o mundo islâmico, que se estendia então dos Pireneus ao vale do rio Indo. No entanto, só três séculos mais tarde o papel chegou à Europa Ocidental; apareceu primeiramente na Espanha, no século XII; os primeiros fabricantes de papel da França datam de meados do século XIV, época da introdução da imprensa. Esta, que só se tornou possível depois do papel, estimulou ao mesmo tempo a atividade da tradução e a produção de papel. Afinal, as traduções foram os primeiros produtos da imprensa. A introdução do papel no mundo árabe-islâmico teve o mesmo impacto na disseminação das traduções, como as máquinas de imprimir européias no Renascimento. Foi graças ao papel e à

imprensa que cientistas e tradutores puderam ter acesso ao trabalho científico alheio, baseando-se nele para desenvolver sua busca do conhecimento.

A atividade dos tradutores provocou uma transferência de tecnologia (expressão conveniente, embora anacrônica) entre a China e Roma, antes da Era Cristã (Needham, 1954). Em Alexandria, no Egito, a escola helenística, fundada em 322 a.C., foi um centro de intercâmbio entre a Europa, o Oriente Médio e a Índia, assim como um núcleo de estudos helenísticos em que a tradução teve papel importante. Os cristãos nestorianos, expulsos do Império Bizantino depois que o seu patriarca, Nestorius, foi condenado por heresia pelo Conselho de Éfeso (431), instalaram-se no que hoje é a região sul-ocidental do Irã; foram eles os responsáveis pela tradução dos grandes escritores da Grécia antiga, assim como de textos médicos indianos e até mesmo chineses. Antigos manuscritos gregos e síriacos eram depositados na Bayt-al-Hikma, ou "Casa da Sabedoria", de Bagdá, onde foram traduzidos para o árabe no século IX. No século XII, essas traduções árabes, muitas das quais tinham sobrevivido aos originais, foram vertidas para o latim em Toledo. E muitas dessas traduções latinas, especialmente obras de medicina, foram depois traduzidas para línguas vernaculares de toda a Europa, durante a Idade Média e a Renascença.

Durante a Renascença, havia duas tendências opostas: um interesse renovado pelas línguas clássicas e, com a emergência do sentimento nacionalista, um uso mais extenso das línguas nacionais. "A ciência, que desde o século XVI fora a rival da religião, e que no século XVIII deixou de ser uma prerrogativa da elite, hoje provoca o interesse de todos, desde que possa ser lida na língua de cada um." (Van Hoof, 1993, p. 102.) Começando na Renascença, mas particularmente depois dos séculos XVII e XVIII, essa democratização do conhecimento e o número crescente das pessoas que podiam ler deram à tradução científica e técnica uma dimensão didática.

Os tradutores se tornaram popularizadores. Sua missão era explicar, informar e instruir os não-especialistas, como assistentes de laboratório e aprendizes que trabalhavam ao lado dos profissionais, mas não entendiam o latim. Nos campos da farmacologia, da química e da física, os tradutores atuaram como professores, ao introduzir e explicar as obras traduzidas para os leitores menos ilustrados. Dois tradutores do século XVII, Jean Marcel de Boulenc e Nicholas Culpepper, eram típicos. De Boulenc traduziu para o francês um livro de texto de química de Oswald Croll, simplificando o texto e descrevendo os processos químicos passo a passo, para benefício dos estudantes. Culpepper também simplificava os documentos científicos, ao traduzi-los: ao

verter alguns dos tratados de Galeno para um público leigo, por exemplo, procurou quebrar o monopólio desse conhecimento pela profissão médica (Kelly, 1979, p. 86-7).

Hoje, há um volume crescente de traduções em campos especializados como economia, medicina, ciência da computação, etc. "O mundo moderno é como uma gigantesca máquina de traduzir que gira cada vez mais depressa" (Cary, 1956, p. 62). No terreno da especialização, o livro deixou de ser o meio primário de difusão das informações: as revistas, os documentos de arquivo, as circulares, as comunicações internas e as patentes adquiriram enorme importância. Com efeito, boa parte dessa informação nem chega a ser produzida de forma impressa, mas é distribuída eletronicamente, por meio de fitas de áudio ou de vídeo, discos *laser* e programas de computador. Uma vastidão de traduções ocultas do público é feita como parte do trabalho cotidiano de institutos de pesquisa, universidades, laboratórios, centros de documentação, organizações nacionais e internacionais. Um levantamento feito em 1962 mostrava que essa tradução "oculta" representava, nos Estados Unidos, 17,3% do volume total da tradução científica e técnica (Van Hoof, 1993, p. 113). Hoje, esse volume sem dúvida é ainda maior. A tradução é um instrumento necessário para a investigação séria em qualquer campo. Não surpreende, portanto, que tenham sido inventadas máquinas para traduzir esse maná fenomenal de dados, o mais rapidamente possível.

Este capítulo nos levará primeiramente à China, onde os tradutores contribuíram para a introdução do budismo e, subsequente, do conhecimento ocidental na medicina, astronomia e matemática. A Índia é o estágio seguinte da nossa viagem: naquele país, a partir do século XIX a tradução científica foi um barômetro do intercâmbio cultural com o exterior e um fator determinante do progresso e desenvolvimento. O estudo dos tradutores árabes na Idade Média mostra como a tradução pode alimentar a pesquisa científica e contribuir para o desenvolvimento de uma linguagem científica. A Escola de Toledo, um marco famoso no progresso do pensamento científico, é outro exemplo de como os tradutores disseminam a informação existente e também geram o conhecimento. Na última seção, sobre a tradução na Escandinávia, veremos como a tradução de algumas obras internacionalmente conhecidas ajudou a difundir valores espirituais e humanos.

CHINA: A IMPORTAÇÃO DE CONHECIMENTO DA ÍNDIA E DO OCIDENTE

As primeiras atividades de tradução na China datam da dinastia Zhou (Chou), há cerca de 3 100 anos. Documentos dessa época revelam que a

tradução era feita por funcionários do governo, dedicados fundamentalmente à transmissão de ideologias. Só com a dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.) a tradução se tornou um meio para a difusão do conhecimento estrangeiro. O budismo, que teve origem na Índia, e durante muito tempo era desconhecido fora daquele país, começou a penetrar na China em meados do século I. Entre 148 e 171, An Shigao, um persa, traduziu para o chinês alguns sutras (preceitos sânscritos) e ao mesmo tempo introduziu na China elementos da astronomia indiana. No século V, o monge budista Kumarajiva (c. 350-c. 410) viveu em Cachemira e depois na Índia, onde traduziu um grande número de sutras, o que deu início a uma escola de tradução que mais tarde floresceu, fazendo com que o budismo adquirisse raízes na China como um sério rival do taoísmo. Dos tempos de Kumarajiva até o século VIII o volume das traduções aumentou e a sua qualidade melhorou.

A tradução e a importação de conhecimento se tornou prática corrente durante da dinastia Tang (618-907), um período de grandeza, expansão e florescimento artístico. A tradução continuou a ter essa importância até a dinastia Song (960-1280). A invenção da xilogravura (gravura em madeira), no século IX, facilitou a difusão de material escrito. Em 718, um oficial do exército indiano, Xida Qutan, traduziu um almanaque astronômico indiano, que publicou com o título de *Jiu Zhi Li*. Embora esse livro não revelasse nada de novo, pois o conhecimento chinês nesse campo era muito grande, ele introduziu algumas funções trigonométricas e símbolos aritméticos (Li, 1993, p. 16-7). Além disso, durante esse período foram traduzidos cerca de vinte livros indianos de farmacologia e medicina — especialmente de oftalmologia.

Um dos monges mais famosos do período Tang foi Xuan Zang (Hsuan-tsang)² (c. 600-64), natural da província de Henan (fig. 9). Em 629 ele deixou Chang'an (a atual Xi'an), que era então a capital do império, onde fora buscar um mestre espiritual, e viajou para a Índia, à procura de textos sagrados. Voltou em 645 trazendo relíquias e estátuas de Buda feitas de ouro, assim como 124 coleções de aforismas sânscritos do "Grande Veículo"³ e 520 outros manuscritos. Para transportar esses tesouros foi necessária uma caravana de 22 cavalos (Beal, 1895, p. xviii-xx). O imperador Tai Zong (T'ai-Tsung) o acolheu de forma triunfal, oferecendo-lhe todas as facilidades possíveis, e construiu para ele em Chang'an o "Grande Pagode do Ganso Selvagem" (fig. 24). Xuan Zang passou o resto da vida nesse pagode suntuoso, trabalhando com seus colaboradores na tradução dos preciosos manuscritos budistas que trouxera consigo — traduções que ajudaram a popularizar o budismo em toda a China.

Da dinastia Yuan (1280-1368) até a Ming (1368-1644), a tradução de sutras adquiriu menos importância. Os governantes Yuan dirigiram atenção para o Ocidente, e árabes começaram a se fixar na China, como mercadores ou mandarins. Tendo aprendido chinês, alguns desses funcionários eruditos traduziram obras do árabe ou das línguas européias: Al-Tûsî Nâsir Al-Dîn (1201-74) traduziu *Elementos*, de Euclides, algumas obras de astronomia, inclusive o *Almagesto*, de Ptolomeu⁵, e a *Lógica*, de Platão. No fim da era Yuan foi traduzida uma farmacopéia árabe, *Al-Jâmi' fi-al-Adwiya al-Mufradah* (Dicionário de fármacos elementares): 36 volumes relacionando cerca de 1 400 remédios diferentes, publicados durante a dinastia seguinte com o título *Hui Hui Yao Fang*. Mais tarde, o imperador Ming Zhu Yuanzhang ordenou a dois mandarins de origem árabe, Ma Hama e Ma Sayihe, que traduzissem dois livros árabes de astronomia, com a ajuda dos funcionários Li Chong e Wu Bozhong. Ao que parece, essas traduções foram feitas apenas para satisfazer a curiosidade de uns poucos estudiosos, pois tinham algum valor como obras de referência, mas seu valor científico era mínimo, considerando o conhecimento astronômico chinês.

A situação mudaria no fim do século XVI e durante os primeiros anos da dinastia Qing (Ch'ing)⁶ (1644-1912). Com a chegada de missionários cristãos, jesuítas em particular, a China passou a ter contato com a Europa, que começava a ultrapassá-la em alguns campos científicos e tecnológicos. Para facilitar seu relacionamento com os funcionários e intelectuais chineses, os missionários traduziam obras científicas, além de textos cristãos. Entre 1582 e 1773, 71 missionários de várias nacionalidades se dedicaram a esse tipo de trabalho: italianos (os padres Ricci, Longobardi, De Ursis, Aleni e Rho)⁶; portugueses (Francisco Furtado, cujo nome chinês era Fu Fanji); suíços (Jean Terrenz, conhecido como Deng Yuhan); poloneses (Jean Nicolas Smogolenski, conhecido como Mo Nige); franceses (Ferdinand Verbiest, conhecido como Nan Huaren, e Nicolas Trigaut, conhecido como Jin Nige). Esses missionários eram, muitas vezes, assistidos por colaboradores chineses tais como Xu Guangqi, um reputado cientista que foi primeiro-ministro durante os últimos anos da dinastia Ming; Li Zhizao, funcionário e cientista; Wang Zheng, engenheiro; e o cientista Zue Fengzuo. Matteo Ricci foi assistido por Xu Guangqi na tradução dos *Elementos*, de Euclides, em 1607, e por Li Zhizao quando traduziu o *Astrolábium*, do jesuíta e matemático alemão Christophorus Clavius (1537-1612). Para esses eruditos, a tradução não se limitava à reprodução passiva do texto original; e a versão produzida servia como base para continuar a pesquisa. Li Zhizao, por exemplo, usa seu prefá-

cio do *Astrolábium*, a primeira obra a expor em chinês os fundamentos da astronomia ocidental, para sustentar que a Terra era redonda e se movia.

Com sua tradução do *Trattato della figura isoperimetre*, publicada em 1608, Ricci e Li Dang introduziram o conceito do polígono equilátero inscrito em um círculo. Em 1612, uma tradução feita por De Ursis e Xu foi o primeiro livro em chinês sobre hidrologia e reservatórios, tratando também de fisiologia e descrevendo algumas das técnicas usadas na destilação de remédios. À medida que traduzia, Xu fazia experiências, usando assim o original como uma espécie de livro de texto; e por sua vez a tradução resultante era um elemento de catálise, levando a novas descobertas.

Foram feitas traduções nos campos da matemática, astronomia, medicina, direito, literatura e religião. Em 1613, Ricci e Li mostravam, em uma tradução, como efetuar operações aritméticas; eles introduziram também na China a lógica clássica, por intermédio de um compêndio universitário português trazido por um missionário em 1625.

Com a expulsão dos missionários estrangeiros, em 1723, as traduções praticamente foram interrompidas durante cerca de cem anos, voltando a ser feitas depois da invasão britânica (1840-2) e a subsequente chegada de missionários norte-americanos, ingleses, franceses e alemães; a princípio eles dominaram a tradução científica e técnica, mas gradualmente os tradutores chineses, formados no seu país ou em universidades estrangeiras, assumiram o papel de transmitir o conhecimento ocidental.

Uma figura muito importante durante esse período foi o matemático chinês Li Shanlan (1811-82), que colaborou com o missionário inglês Alexander Wylie (1815-77) na tradução de um trabalho sobre cálculo diferencial e integral. O matemático chinês Hua Hengfang (1833-1902) e o missionário inglês John Fryer (1839-1928) traduziram um texto sobre probabilidade extraído da Enciclopédia Britânica. Em 1877, Hua e Fryer traduziram o *Treatise on plane and spherical trigonometry* (Tratado de trigonometria plana e esférica), de Hymers (1858), tradução que exemplifica perfeitamente o modo como o conhecimento é transmitido e ao mesmo tempo gerado pelo processo de tradução, pois ela contribuiu para difundir a teoria matemática moderna e ao mesmo tempo estimulou a pesquisa pessoal dos tradutores. Fryer e seus colaboradores traduziram também cerca de cem tratados e livros de texto de química, muitos dos quais foram publicados pela Fábrica de Armamento de Jiangnan, onde Fryer e Xu trabalhavam como tradutores oficiais.

As ciências da Terra também foram levadas à China através de traduções. Durante a Guerra do Ópio⁷, Lin Zexu, um funcionário chinês, traduziu parte

da *Cyclopaedia of geography*, de Murray Hugh. Publicada em 1836, era o livro de geografia mundial mais atualizado da época. Wei Yuan (1794-1857) e Zhi Jishe (1795-1873) usaram amplamente essa tradução para preparar o seu próprio texto de geografia. No fim da dinastia Qing, muitas obras de medicina já estavam disponíveis em língua chinesa. Ding Dubao (1874-1952), médico e tradutor, foi responsável por mais de cinquenta traduções médicas, tendo recebido prêmios nacionais e internacionais pelo seu papel na tradução e difusão do conhecimento médico e farmacológico.

Do mesmo modo, alguns tradutores reproduziram em línguas estrangeiras muitas obras clássicas chinesas, de filosofia, política, educação e ciência militar, o que facilitou aos europeus familiarizar-se com a longa e rica civilização chinesa. Dentre esses tradutores, sinologistas europeus que viviam na China e trabalhavam em estreita colaboração com estudiosos desse país, estavam os missionários Martin Martini (1614-61), Antoine Gaubille (1689-1759), Jean Joseph Amiot (1728-93), Pierre Marchal Cibot (1727-80), Ernst Faber (1839-99) e o renomado James Legge (1815-91), que traduziu para o inglês muitas obras clássicas da China, especialmente em colaboração com o cientista Wang Tao (1828-97). Publicadas em edições bilíngües, com copiosas notas explicativas, essas traduções ajudaram a familiarizar o resto do mundo com a cultura chinesa.

ÍNDIA: UM CENTRO DE TRADUÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

A tradução foi sempre um elemento importante na vida intelectual da Índia, país com forte tradição de multiculturalismo e multilingüismo. Esta seção focalizará certas traduções, especialmente de caráter científico, que serviram de instrumental na disseminação do conhecimento.

No passado, as obras científicas indianas eram escritas em sânscrito, a língua erudita tradicional. No século VI antes da Era Cristã, a Índia já tinha estabelecido laços culturais com os povos mediterrâneos. No princípio da Era Cristã, os indianos começaram a comerciar com Bizâncio e o Egito ptolomaico. Teorias médicas encontradas no *Timeu*, de Platão, em obras dos enciclopedistas e médicos romanos e dos médicos gregos Dioscórides e Galeno⁸ são, na verdade, de origem indiana (Sen, 1972). No ano 150, um texto astrológico grego, escrito em Alexandria cem anos antes, foi traduzido para o sânscrito por Yavanesvara, em Ujjain, no centro da Índia (Pingree, 1963, p. 229-46). Com efeito, a astrologia surgiu na Índia como resultado dos estudos gregos, adquirindo popularidade rapidamente (Filliozar, 1963a, p. 139). O conhecimento científico indiano foi depois transmitido ao Tibete (de onde passou para os mongóis), a alguns lugares da China e do Japão, à Indochina e à Indonésia.

Entre os séculos III e V, como vimos, numerosos eruditos budistas chineses traduziram trabalhos de astronomia, matemática, farmacologia e lógica originados na Índia. Em sua maior parte, essas traduções se perderam, mas a atividade de tradução foi registrada, e os títulos anotados nos catálogos compilados durante as dinastias Song e Tang (Sen, 1972, p. 45). A partir do século VII, os contatos com os comerciantes ao longo da costa de Malabar tiveram como resultado o intercâmbio de conhecimento médico entre indianos e árabes. Um certo número de referências médicas de origem indiana podem ser encontradas nos textos de Rhazes (Al-Râzî — c. 860-c. 925), um médico e filósofo árabe de origem persa. As traduções desses textos para o latim, no século XIII, tornaram-se livros padrões na Europa medieval.

As trocas culturais entre a Índia e outros países declinaram no fim da Idade Média, e, como uma consequência direta, o volume de traduções também diminuiu; os estudos indianos se retraíram e se concentraram em temas nacionais. Pesquisas recentes (Rahman, 1975, 1982) demonstraram que na Idade Média a ciência indiana era relativamente desenvolvida, pois os conhecimentos do mundo árabe haviam sido importados pelos maometanos, mas as traduções eram limitadas. Nos séculos XVI e XVII, os trabalhos nos campos da astronomia, da matemática e da medicina estavam limitados a comentários sobre obras anteriores.

Nos primeiros anos do século XVI, viajantes e mercadores introduziram a ciência ocidental na Índia. Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar a esse país, fundando uma colônia na costa ocidental em 1510. Seguiram-se os holandeses, em 1595, e os ingleses, que em 1600 formaram a Companhia Britânica das Índias Orientais. A presença desses estrangeiros gerou uma nova demanda por traduções. Missionários jesuítas, viajantes e representantes políticos começaram a estudar sânscrito e outras línguas indianas, reunindo manuscritos nos campos da religião, literatura, lingüística e filologia: criaram assim as bases para a fundação de centros de estudos indianos na Europa e na própria Índia. Essa atividade resultou no aumento significativo da tradução do sânscrito para línguas européias. Em 1699, nas *Mémoires de l'Académie Royale des Sciences*, o astrônomo francês Jean-Dominique Cassini publicou sua tradução de um manuscrito indiano anônimo de astronomia, que lhe tinha sido enviado pela missão francesa no Sião (Sen, 1972).

A tradução desempenhou igualmente um papel na pesquisa enciclopédica. O estudioso e orientalista inglês William Jones (1746-94) elaborou uma compilação exaustiva da história, literatura, ciência e religiões da Índia, baseada parcialmente em traduções. Ele foi responsável pela fundação da Sociedade Asiática de Londres, em 1784, dando início aos estudos orientais

e ao aprendizado do sânscrito, e promovendo ativamente a tradução de obras clássicas deste idioma para o inglês. Jones fundou a revista *Asiatic Researches*, que publicava contribuições originais e também tradução, novas e antigas. Muitos tradutores participaram desse vasto empreendimento, que abrangeu dois séculos, de 1690 a 1882⁹.

A obra de Henry Colebrooke (1765-1837) influenciou grandemente os tradutores e historiadores da matemática. Sua *Álgebra com aritmética e medidas, traduzida do sânscrito de Brahmagupta e Bhascara* (1817) continha traduções anotadas do *Brahmasiddhanta*, um livro de astronomia e matemática, assim como de dois tratados de álgebra intitulados *Bijaganita* e *Lilavati*. Estes últimos foram também traduzidos para o inglês por John Taylor em 1816. Escrito entre os anos 800 e 500 antes da Era Cristã, o *Baudhayana-Sulbasutra* é a obra mais antiga e mais importante da matemática indiana. Foi publicado em 1874-75 pelo orientalista alemão Georg Friedrich Wilhelm Thibaut (1848-1914), acompanhado de tradução inglesa, notas e o resumo de um comentário de Dvarakanatha Yajva, um erudito do século VI, autor e comentarista do *Sulba-Dipika*. De 1879 a 1888, Thibaut foi o diretor do Colégio Sânscrito de Benares (ou Varanasi, uma cidade sagrada do hinduísmo, na Índia setentrional). Fundou a revista *Pundit*, que reunia textos sânscritos ainda não publicados e traduções de antigos manuscritos sânscritos.

Em 1890, uma coletânea de antigos textos de medicina em sânscrito e prakrit¹⁰ conhecida como os "Manuscritos Brower", em homenagem à pessoa que os havia redescoberto, foi traduzida para o inglês por outro orientalista, Rudolf Hoernle (1841-1918). O século XIX viu a publicação de muitas traduções feitas há muito tempo mas ainda inéditas. Um exemplo foi a tradução de *Lilavati* em farsi (persa) por Abul Faizi ibn-Mubarak (1547-95), poeta muçulmano de origem persa que traduzira também o Mahabharata, um longo poema épico de 120 000 versos¹¹ da Era Védica (c. 1000 a.C.). Os motivos que explicam por que os trabalhos de Faizi não haviam sido publicados até então ficaram registrados sob a forma de uma lenda: diz-se que Faizi mudou de nome e foi a Benares estudar com um erudito brâmane; aprendeu o sânscrito e estudou os Vedas¹² durante quase dez anos, com o objetivo de traduzi-los para o persa. No entanto, apaixonou-se pela filha do brâmane. O pai ficou encantado com a idéia de casar sua filha com o discípulo, mas quando soube que Faizi ocultara sua identidade, proibiu-o de continuar os estudos e traduções, assim como de publicar o que já tinha traduzido¹³.

Devido à falta de documentação é mais difícil avaliar o papel desempenhado na transmissão do conhecimento pelas traduções para o sânscrito e

outras línguas indianas: a história da migração do conhecimento na direção da Índia ainda precisa ser escrita. No entanto, dispomos de alguma evidência fragmentária. Como vimos, o século XVI foi crítico para a Índia no que se refere às relações com a Europa. Um século mais tarde, a astronomia europeia já tinha sido introduzida no país. Com a ajuda de textos de astronomia da Arábia, da Europa e da própria Índia, o marajá Sawai Jai Singh II (1699-1743), ele próprio um astrônomo reputado, instalou cinco observatórios e inventou alguns dos instrumentos ópticos neles utilizados. Mais tarde foi possível verificar que as tabelas astronômicas por ele elaboradas eram extremamente precisas. Seu principal astrônomo, Jagannatha (nascido em 1652), um brâmane maratha, traduziu o *Almagesto*, de Ptolomeu, e os *Elementos*, de Euclides, do árabe para o sânscrito, com os títulos de *Samrat-Siddhanta* e *Rekhanigita*, respectivamente. Atribui-se a Jai Singh II a autoria do *Yantravajya*, um tratado sobre o desenho e construção de astrolábios, mas é possível que se trate de tradução do persa ou do árabe (Sen, 1972, p. 56).

A função do tradutor na transmissão do conhecimento entre comunidades lingüísticas e gerações de estudiosos é amplamente ilustrada por uma tradução feita em 1730 por Nayanasukhopadhyaya, intitulada *Ukarakhye Grantha*. Esse tratado de geometria em sânscrito foi traduzido de uma versão árabe coletiva que provinha de um original grego (Sen, 1966). Esse tipo de tradução "em cadeia" não difere muito das traduções que chegaram à Europa medieval, parte de uma cadeia que vinha do grego e passava sucessivamente pelo siríaco, árabe, latim e as línguas vernaculares europeias.

No princípio do século XIX, o emprego do vernáculo no ensino da ciência ganhava terreno em Bengala e em Délhi, devido às pressões da elite intelectual, que se opunha ao imperialismo cultural do sistema educacional de Macaulay¹⁴ e defendia um acesso mais fácil ao conhecimento. Pensava-se que as traduções não deviam continuar limitadas a uma minoria de eruditos. A tradução para o vernáculo era um elemento fundamental da campanha para difundir a ciência promovida por várias associações e instituições educativas. A fundação da Instituição Médica Nativa, em 1824, e a criação de cursos de medicina no Colégio Sânscrito e no Madrassah de Calcutá, em 1826, obrigavam à tradução de numerosos livros de texto europeus para o sânscrito, o bengali e outras línguas locais. Entre 1868 e 1910, surgiram pelo menos dez revistas científicas e 47 publicações técnicas em bengali. E o esforço para expressar a ciência moderna nas línguas indianas chegou a outras regiões, como Madras, Bombaim, Punjab e Oudh (Krishna, 1991, p. 95).

O papel das organizações acadêmicas na popularização do conhecimento era crucial. Em 1843, uma associação dedicada à tradução para o vernáculo

foi fundada em Délhi, sob os auspícios do Colégio da Antiga Délhi. O matemático, autor e escritor científico Yesudas Ramachandra (1821-80), estudante e depois professor desse colégio (fig. 10), traduziu os *Elements of mechanism*, de Tate, para o urdu, sob o título *Risala Usual Kalon ke Bare Main* (1863). Para ele, tradução e criação caminhavam juntas. De acordo com Syed Ahmad Khan, que em 1864 fundou uma associação do mesmo gênero, "Os que desejam melhorar a Índia devem lembrar-se de que a melhor maneira de fazer isso é pela tradução de todas as artes e ciências para suas próprias línguas [...]" (citado por Irfan Habib, 1989b, p. 605). Ponto de vista semelhante foi manifestado por Maulana Imdad Ali, fundador da Sociedade Científica de Bihar, em 1868: "A Inglaterra, a França e a Alemanha nunca teriam alcançado o estágio avançado de civilização que hoje gozam se as obras científicas originárias de Roma e da Grécia não tivessem sido levadas ao seu povo em sua própria língua" (Irfan Habib, 1989b, p. 605). Isso reflete a atitude da elite intelectual indiana. Neste contexto, a tradução é um fator determinante do desenvolvimento cultural.

BAGDÁ: CENTRO DE TRADUÇÃO PARA O ÁRABE

Nos séculos IX e X a cidade de Bagdá, no Iraque, era o centro de um vasto e ambicioso empreendimento no campo da tradução: o objetivo era traduzir as obras científicas e filosóficas da antiga Grécia para o árabe, a língua do novo Império Muçulmano. Esse projeto, que teve uma profunda influência no desenvolvimento das idéias científicas e filosóficas em todo o mundo islâmico, não pode ser compreendido sem levar em conta as perturbações étnicas, culturais e intelectuais que afetavam a região naquela época. Já havia uma longa tradição de estudo dos tesouros helênicos, vertidos para o siríaco (o antigo aramaico), tradição que foi perpetuada; os califas e outros patrocinadores estimulavam a tradução, remunerando generosamente os tradutores e chegando a pagar-lhes um salário regular, como alguns cronistas árabes registram¹⁵. A difusão da escrita por toda a área da civilização islâmica ajudou também a promover a tradução para o árabe, e um grande número de textos siríacos, persas e sânscritos eram transpostos para esse idioma.

A atuação dos tradutores no processo de transmissão do conhecimento — e o volume das traduções era muito considerável — não deve levar-nos a esquecer sua atividade criativa. Os textos traduzidos não eram um objetivo em si mesmos, mas fatores catalíticos que estimulavam a reflexão original e a produção de conhecimento. As traduções eram acompanhadas, muitas ve-

zes, por exegese e comentários, que apresentavam novas idéias e alimentavam novos debates. Mergulhando nos textos-fontes os tradutores exercitavam sua própria capacidade inventiva.

À medida que o mundo islâmico começou a se expandir, no fim do século VII, os novos governantes se puseram a criar certas estruturas e a impor o árabe como língua oficial. Os primeiros textos traduzidos para essa língua eram administrativos: registros e documentos de arquivo. A tradução de trabalhos científicos veio mais tarde. A apropriação da cultura grega, muitas vezes por intermédio de versões siríacas, alcançou o auge nos séculos IX e X, graças aos tradutores de Bagdá, o mais célebre dos quais foi Hunayn ibn Ishâq (809-75), conhecido também pelo seu nome latino, Johannitius. Os árabes tinham grande interesse pela medicina e a filosofia, mas a astronomia era também popular, refletindo o comércio e os contatos com a Índia. Embora a escolha dos textos fosse, muitas vezes, determinada pelo Estado (com o objetivo de arabização, por exemplo), os interesses dos califas e cortesãos representavam um fator importante. Al-Mansûr, que chegou ao poder em 753, era fascinado pela astronomia e, ao que parece, adquiriu muitos manuscritos indianos sobre o assunto, mandando traduzi-los. Al-Ma'mûn, sucessor de Hârûn al-Rashîd, o herói de várias histórias das *Mil e uma noites*, era um seguidor do movimento Mu'tazalita¹⁶. Na tentativa de conciliar a razão, no sentido aristotélico, com a fé, al-Ma'mûn estimulou a tradução para o árabe de textos filosóficos gregos e seus comentários.

Dá-se crédito a Hunayn e seus numerosos colaboradores pela tradução de um bom número de obras importantes: os *Diálogos* e a *República*, de Platão; os tratados lógicos de Aristóteles, conhecidos como *Organon*, que incluíam as *Categorias*, os *Tópicos*, a *Analítica* e a *Metafísica*; *Isagoga*, uma introdução às *Categorias*, de Aristóteles, por Porfírio (234-305), um dos principais fundadores do neoplatonismo; e o *Liber de causis* (Livro das causas), atribuído na Idade Média a Aristóteles, mas que na verdade se baseava nos *Elementos de teologia*, de Proclus (412-85), um neoplatônico e o último dos grandes filósofos gregos. Algumas traduções eram feitas diretamente do grego para o árabe, se os manuscritos gregos originais estavam disponíveis e se era possível encontrar tradutores com a necessária perícia lingüística. No entanto, poucos tradutores tinham suficiente conhecimento do grego e do árabe, especialmente nos primeiros anos desse período. Assim, os livros gregos eram, muitas vezes, retraduzidos de versões árabes ou siríacas anteriores, algumas das quais feitas pelos nestorianos expulsos de Bizâncio no século V. Nessas condições, o siríaco era uma freqüente língua intermediária.

O que mais atraía os tradutores e seus patrocinadores era o *corpus* hipocrático e galênico, e também obras seminais tais como os *Elementos*, de Euclides, e o *Almagesto*, de Ptolomeu. Os mais antigos tradutores de textos científicos e filosóficos remontam ao século VIII: Yûhannâ Mâsawaih, Ibn al-Bitrîq e Ibn Jibrîl. No século seguinte, os nomes de Al-Hajjâj ibn Matar, Ibn Lûqâ (820-912), Ibn Nâ'ima al-Himsî (c. 835) e Ibn Qurra (834-901) figuram de forma preeminente. No século IX, Ishâq ibn Hunayn e Hubaysh al-A'sam, filho e sobrinho de Hunayn ibn Ishâq, respectivamente, trabalharam sob sua supervisão. Mais tarde, Yahyâ ibn 'Adî e Mattâ ibn Yûnis se dedicaram à revisão das traduções anteriores, procurando aprimorá-las na forma e conteúdo. Toda essa atividade ajudou a enriquecer e a consolidar o árabe como língua científica.

Durante esse mesmo período, a tradução e a criação se mantiveram associadas, na medida em que a primeira ajudou a estabelecer um novo sistema de idéias que deveria tornar-se o fundamento da cultura árabe islâmica, tanto no nível terminológico como no conceitual. A tradução era vista pelos tradutores como um processo criativo. Na tradição medieval, essas traduções se faziam acompanhar de comentários, resumos ou notas explicativas destinadas a tornar o texto original mais inteligível e a complementá-lo, respondendo a algumas das questões levantadas.

Muitas vezes, os tradutores eram especialistas nos assuntos traduzidos, embora o termo talvez não seja apropriado a uma época em que o conhecimento era muito menos fragmentado do que hoje. Yûhannâ Mâsawaih e Hunayn ibn Ishâq eram médicos praticantes. Com efeito, a alta qualidade das traduções deste último tem sido atribuída à sua experiência clínica. A ele são atribuídas traduções de Galeno, assim como obras originais: *Questões médicas*, *Tratado sobre o olho* e *Tratado sobre os dentes*. Além disso, foi ele que estabeleceu a base da oftalmologia, inspirando em parte a obra de Rhazes.

Um ou dois séculos antes, tradutores siríacos tinham acrescentado comentários paralelos a suas versões das obras filosóficas gregas, revestindo-as de suas idéias neoplatônicas. Mais tarde, no século XII, o filósofo Averróis (1126-98) procuraria restaurar o pensamento aristotélico ao estado original, retraduzindo esses textos despidos dos acréscimos incômodos dos primeiros tradutores siríacos e árabes.

A tradução é um fator útil para a geração de novos conceitos, particularmente quando o texto traduzido se integra em um determinado sistema de idéias. Na sua tradução árabe de um trabalho de Proclus (412-85), Ishâq ibn Hunayn se refere a "Deus Todo-Poderoso" em vez de usar o conceito helenís-

tico de causalidade, ou o princípio do "Uno" (Badawi, 1968, p. 72). Essa abordagem pode ser comparada com a dos tradutores de Toledo, que evitavam qualquer referência considerada "heterodoxa", de modo a não ofender seus leitores cristãos (Foz, 1988).

Os tradutores exercitavam também sua criatividade quando se tratava de criar uma terminologia apropriada. Os primeiros tradutores árabes eram, muitas vezes, obrigados a recorrer à transliteração, em parte porque seu domínio do árabe nem sempre era suficiente, mas também porque a língua em si mesma não dispunha ainda do necessário léxico filosófico e científico. Revistas essas primeiras traduções (por vezes só um século depois), os termos transliterados eram substituídos por neologismos mais adequados à estrutura morfológica da língua árabe. Ao revisar a tradução árabe da *Materia medica*, de Dioscórides, por exemplo, Hunayn recomendava equivalentes árabes para os termos gregos utilizados pelo tradutor original, Istifân ibn Bâsil.

Com sua busca de manuscritos preciosos, os tradutores contribuíram para a disseminação do conhecimento. A história tem reiteradas referências a tradutores e seus patronos, que fizeram esforços denodados para adquirir manuscritos gregos e para estabelecer a autenticidade de um texto antes de iniciar a sua tradução. O trabalho dos tradutores árabes nem sempre se dirigiu a um público erudito; embora esse trabalho fosse normalmente encomendado por um patrocinador, ou estudioso, às vezes tinha propósito didático. Hunayn, por exemplo, traduzia, às vezes, para benefício dos seus alunos de medicina e recomendava aos colaboradores que dessem especial atenção à inteligibilidade e clareza do texto-meta. Em uma das suas *Epístolas*, ele menciona que tinha acrescentado uma "explicação das passagens difíceis" à tradução siríaca de um comentário sobre o juramento hipocrático (Hunayn, 1925, p. 40). Em suas traduções Hunayn tinha por objetivo um estilo que pudesse ser compreendido por "quem não fosse um especialista médico, ou que não estivesse familiarizado com a filosofia" (citado em Ibn Abî Usaybi'a, 1882, p. 191).

Em suma, a fundação da "Casa da Sabedoria", em 830, foi um fator decisivo para a assimilação pela cultura árabe dos recursos culturais da China, Índia, Pérsia e, acima de tudo, da Grécia. Durante todo o império, até sua decadência no século XIII, continuou a haver intensa atividade de tradução, e os textos traduzidos funcionavam como matéria-prima para nutrir o talento criativo dos tradutores árabes e contribuíram para desenvolver a ciência antes de ser transmitidos ao mundo ocidental. O passo seguinte no desenvolvimento do conhecimento data dos séculos XII e XIII, quando o centro da tradução se deslocou de Bagdá para Toledo.

TOLEDO: INTERCÂMBIO E RENASCIMENTO CULTURAL

O termo “Escola de Toledo” tem sido usado para designar a florescente atividade de tradução durante os séculos XII e XIII, na Espanha — especialmente em torno de Toledo, mas também nas regiões de Barcelona e Tarragona. A Escola de Toledo foi fundamental para a transmissão do conhecimento científico e filosófico para a Europa medieval. Essa atividade tinha como foco as realizações científicas e filosóficas dos gregos e dos árabes — especialmente em medicina, matemática, astronomia e astrologia. No século XII, as traduções eram feitas essencialmente do árabe para o latim; no século XIII, do árabe para o espanhol. Não há qualquer dúvida de que, nesse período, os tradutores alteraram o estado do conhecimento no Ocidente. A redescoberta de Aristóteles através dos comentários de Averróis e Avicena estimularam o pensamento escolástico nas novas universidades. A introdução na Europa de obras importantes da erudição árabe ampliou a visão dos estudiosos e levou a uma perspectiva mais compreensiva do mundo. O Ocidente se familiarizou com o sistema árabe de numeração, com a álgebra, o sistema mundial de Ptolomeu e as obras de Hipócrates e Galeno, juntamente com importantes conhecimentos médicos gregos e árabes. O impacto desse movimento sobre a renovação e o crescimento intelectual foi tão grande que a época já foi chamada de “Renascença do século XII”.

A pesquisa histórica realizada desde meados do século XIX, especialmente por Amable Jourdain, projetou alguma luz sobre o significado dessas traduções. No entanto, ainda não se reconheceu suficientemente o papel dos tradutores, que serviram como arquitetos dessa chamada “Renascença”. Em discussões sobre a tradução, eles são o que Antoine Berman chamou de “os esquecidos” (1989, p. 677). É importante investigar a função que tiveram na geração, difusão e popularização do conhecimento, identificando os limites ideológicos e materiais que os limitavam.

Como no caso da Escola de Bagdá, a relação entre tradução e criação é, nesse caso, crucial, pois o seu trabalho foi feito numa época em que havia marcante desequilíbrio entre o estado do conhecimento na cultura-fonte (a Espanha arabizada) e a cultura-meta (a Espanha da Reconquista). Como ilustração, vale notar que a biblioteca da Ordem de Cluny¹⁷ continha só algumas centenas de obras (Haskins, 1970, p. 43), enquanto milhares de manuscritos árabes eram guardados em Toledo — possivelmente cerca de 300 000 (Werric, 1969, p. 205). O envolvimento dos estudiosos que se puseram a traduzir esse imenso acervo para o latim era complexo: primeiramente, eles descobriam e assimilavam o novo conhecimento; ao mesmo tempo, tinham a função de transmitir-lo à sua nova cultura, na qual o acesso ao conhecimento era restrito a

uma elite educada muito reduzida. O trabalho dos tradutores era prejudicado por condições materiais difíceis e também pelo seu relacionamento com os detentores do poder, conforme veremos no próximo capítulo.

Esse esforço de tradução era feito no meio social e cultural do século XII, dominado pela Igreja e o conjunto de *auctoritates* que ela impunha — os autores clássicos, eruditos e teólogos. No entanto, no século seguinte, embora os estudiosos fossem, em certos casos, membros do estabelecimento eclesástico, esta ligação não era mais exigida para a prática da tradução. Alfonso X (1221-84), homem profundamente religioso e um patrono do conhecimento, exercia controle sobre a tradução. A mudança do *status* dos tradutores judeus, do século XII para o XIII, é particularmente reveladora. No século XII, era essencial que os tradutores estivessem associados à Igreja; os que não se convertiam ao cristianismo eram empregados apenas como intermediários, com o propósito de dar uma versão oral em vernáculo dos textos árabes. No século XIII, porém, os tradutores judeus tinham um papel mais importante, praticando sua profissão abertamente, embora se colocassem na situação de óbvia lealdade com respeito ao monarca. Isto se refletia na forma como eram muitas vezes designados nos prólogos das traduções: *nuestro indio* (nosso judeu) ou *nuestro físico* (nosso médico).

A maneira como a tradução era abordada, em que medida era construtiva e criativa, dependia, em boa parte, da posição ocupada pelo tradutor na estrutura de poder da sociedade, assim como da relação entre poder e conhecimento, de modo geral. No século XII, os tradutores agiam em nome da Igreja, empenhados ativamente em recuperar a herança grega e árabe. No século XIII, eles tinham um patrono secular. O conhecimento que os estudiosos podiam acessar, em virtude do seu trabalho como tradutor, era passado a esse patrono para ser refinado ou “processado” de acordo com as necessidades deste último. Naquela época, o conhecimento se baseava em citações e comentários, a criação consistia simplesmente em imitar os métodos tradicionais: os eruditos deviam referir-se a uma autoridade, fosse Santo Agostinho ou Aristóteles (Eco, 1985, p. 499).

Os textos traduzidos eram adaptados; não se tratava apenas de uma questão de preferência individual, mas um reflexo do material-fonte e dos limites ideológicos impostos à escrita em latim ou espanhol. No século XII, eram feitas mudanças formais no texto de acordo com as convenções latinas relativas à forma de apresentar a informação. Além disso, certas referências históricas e geográficas peculiares à tradição árabe eram consideradas irrelevantes e por isso omitidas. Já no século XIII, as emendas feitas tinham a ver com a importante tarefa de criar e definir a terminologia utilizada. Sob a proteção

de Alfonso X, os tradutores tinham pouca margem de manobra. Por outro lado, no século precedente os limites a que estavam sujeitos variavam consideravelmente, o que se pode ilustrar comparando duas versões diferentes do mesmo texto, ou examinando as críticas e advertências expressas por certos tradutores a respeito do trabalho de alguns “colegas”. Há uma evidente diferença de abordagem, por exemplo, nas duas traduções latinas do *Introductorium Majus*, de Ablumasar. A primeira, preparada em 1133 por João de Sevilha (João da Espanha, 1110-80), é extremamente literal e inclui uma introdução substancial (o equivalente a cerca de sessenta páginas em uma edição de hoje), intitulada *Tractatus primus*; na segunda versão, feita em 1140 por Hermann da Dalmácia¹⁸, a introdução não tem mais do que 24 páginas (Lemay, 1962, p. 24). Sabemos que Robert de Chester¹⁹, um dos colaboradores mais próximos de Hermann, o havia advertido contra cortes excessivos no texto-fonte, um defeito comum nos tradutores latinos da época, que não conheciam a tradição árabe de historiografia e retórica. A razão dada para essas omissões era a verbosidade dos escritos árabes, mas, conforme explicava Robert de Chester, um tradutor podia facilmente perder a credibilidade se algum leitor pudesse comparar seu trabalho com o texto original (Lemay, 1962, p. 21).

Traduzir era um trabalho criativo baseado em um texto determinado, mas que não se limitava a ele; isso resultava de algumas das condições em que se processava a transmissão de conhecimento, que incluíam a cópia como único método de reprodução dos manuscritos, e uma concepção de propriedade intelectual mal definida. Em medida ainda mais ampla, o contexto político da busca pelo conhecimento dava forma ao modo como os tradutores enfrentavam os textos originais.

A difusão do conhecimento ocorria de maneira um pouco diferente nos séculos XII e XIII. No século XII, tanto o contexto social como os métodos empregados pelos tradutores favoreciam a disseminação do conhecimento. Por exemplo: muitos tradutores precisavam buscar pessoalmente os textos-fontes. Alguns deles deixaram seu país à procura do *Almagesto*, de Ptolomeu: Gerard de Cremona (1114-87), da Itália, Michael Scot (1175-1234), da Escócia, e Adelard de Bath (morto em 1130), da Inglaterra. Outros, como Marco de Toledo, regressavam para ensinar depois de ter trabalhado e estudado no exterior (vide cap. 7). Com suas viagens os tradutores latinos contribuíam para a circulação de textos, sobretudo quando se dedicavam a ensinar o que tinham aprendido fora do país. Em muitos casos, a tradução era feita por dois estudiosos que trabalhavam em conjunto. Abraham Bar Hiyya e Platão de Tívoli são um exemplo particularmente interessante dessa combinação: como

muitos outros na sua época, eles traduziram do árabe para o latim — assim como o tratado de geometria de Abraham, *Liber embadorum*, do hebraico para o latim através do espanhol. Esse tipo de empreendimento era talvez mais uma expressão de interesse pessoal e das relações entre tradução e pesquisa existentes na época, do que o resultado de qualquer política sistemática relativa à disseminação do conhecimento.

De outro lado, nas obras de um dos mais reputados eruditos latinos da época, Adelard de Bath, podemos distinguir claramente entre a tradução e a criação. Suas traduções parecem rascunhos, textos de trabalho para uso do próprio tradutor ou dos especialistas, provavelmente estudantes, enquanto suas obras originais eram mais polidas e definitivas (Burnett, 1990). Isto se pode discernir também no trabalho de outros autores e tradutores do período, como Domingo Gundisalvi²⁰. A tradução do árabe para o latim era utilizada pelos estudiosos como um meio de trocar informações entre eles, e não uma forma de popularizar o conhecimento (para usar uma expressão anacrônica).

No século XIII, foi dada maior ênfase à disseminação do conhecimento, e algumas mudanças foram introduzidas na prática da tradução, agora subdividida em funções separadas (por exemplo: havia tradutores primários e assistentes). Os prefácios aludiam, muitas vezes, ao valor que tinham os textos em vernáculo para os estudiosos, ou *omnes entendidos*. Por trás dessas afirmativas de caráter geral, havia um projeto mais específico: a tradução para o castelhano — o espanhol de Castela. No Ocidente, Alfonso X era um dos primeiros patronos da tradução em larga escala, encomendando uma série de textos em vernáculo que vieram a ser conhecidos como o Livro do Rei.

Os tradutores da Espanha eram “popularizadores” em diferentes graus, embora se deva ter em conta que o conceito de público leitor de massa é uma idéia moderna, sem equivalência real na sociedade da Idade Média. Nesse nível, as traduções do século XII eram particularmente distintas das do século seguinte. No século XII, o latim — língua da Igreja e da erudição — era a língua-meta. Em vez de procurar transmitir a informação de forma clara, os tradutores pareciam bem mais preocupados em aumentar o seu próprio conhecimento. O que fica evidente no amplo emprego das seguintes estratégias: a transliteração (com a introdução no latim de muitas palavras desconhecidas e incompreensíveis), os empréstimos semânticos (com a atribuição de um sentido científico específico a termo já existente na língua-meta) e as abreviaturas (sem qualquer explicação). Assim, não há qualquer sugestão de um esforço para tornar o conhecimento mais acessível.

No século XIII, por outro lado, a adoção do espanhol como língua-meta, juntamente com a insistência do rei Alfonso para que os textos traduzidos

fossem *llanos de entender* (de fácil compreensão), indicavam o desejo de abranger mais do que a comunidade eclesiástica e de transmitir o conhecimento a um círculo mais amplo. A ênfase na pesquisa “terminológica” (para usar uma expressão moderna) estava associada de perto ao contexto político em que a tradução se realizava, como afirmação da identidade nacional.

O estudo da criação, difusão e popularização com respeito ao trabalho dos tradutores de Toledo levanta o tema da apropriação do conhecimento por meio da tradução. Os livros de ciência e filosofia em latim eram escassos; os patrocinadores da tradução (especialmente os clérigos, no século XII, e o rei, no século seguinte) e os tradutores que os serviam procuraram, no século XII, incorporar o conhecimento trazido do estrangeiro em uma estrutura latina; mas no século XIII procuravam forjar uma cultura espanhola, com base nesse acervo de conhecimentos.

OS PAÍSES NÓRDICOS: ROMPENDO A BARREIRA DO ISOLAMENTO

Os primeiros tradutores dos países nórdicos introduziram na esfera legal e religiosa da Europa medieval os textos latinos considerados respeitáveis. Além disso, preservaram a tradição oral da mitologia da Europa Setentrional, ilustrada pelas sagas dos vikings e o poema finlandês *Kalevala* — em latim ou em vernáculo. Mais recentemente, o tradutor assumiu um papel importante na transmissão de textos entre as línguas alemã, inglesa e francesa. Desde o século XIX, os tradutores apresentaram ao resto do mundo as obras dos dinamarqueses Hans Christian Andersen (1805-75) e Søren Aabye Kierkegaard (1813-55), do norueguês Henrik Ibsen (1828-1906) e do sueco August Strindberg (1849-1912).

De forma intermitente, as traduções para as línguas escandinavas ajudaram a romper o isolamento característico daquela região. Isto aconteceu no período que se seguiu à conversão religiosa, iniciada na Dinamarca, Noruega e Islândia no século X, e na Suécia no século seguinte, assim como na eclosão cultural ocorrida na Escandinávia no século XIX.

Os vikings eram grandes viajantes, que levavam seu comércio até a bacia mediterrânea e a costa ocidental da África. Moedas medievais árabes, encontradas na Suécia, testemunham esses laços comerciais entre os árabes e os vikings. Estes últimos, no entanto, não produziram nada parecido com a riqueza de traduções feitas pelos árabes, que tiveram um papel semelhante no cenário mundial mais ou menos na mesma época (800-1050). Uma possível explicação para isso é a natureza da escrita dos vikings: o uso do alfabeto rúnico se limitava a inscrições relativamente curtas em monumentos de

pedra. Em qualquer nação a tradução depende da existência de uma língua nacional e de um sistema de escrita eficiente, como vimos nos capítulos precedentes. Até a chegada de missionários cristãos ingleses, no século X, que estimularam a adoção do alfabeto latino, a literatura na região se limitava a baladas folclóricas e sagas transmitidas oralmente.

Os primeiros missionários a chegar à Escandinávia desempenharam um papel duplo na comunicação cultural e religiosa: introduziram os valores cristãos, mas não eram cegos à herança cultural dos povos convertidos, e puderam assim preservar essa cultura no momento em que era ameaçada por uma mudança. As obras mais importantes da literatura escandinava de então, as Eddas e as sagas islandesas, que provavelmente se teriam perdido, foram registradas em latim pelos monges ou por autores educados pelos missionários. Os esforços dos missionários para introduzir o cristianismo aos povos guerreiros do norte tiveram fruto no século X, com o batismo do rei Harald Blaatand, “Dente Azul” (c. 910-c. 985), por volta do ano 960. Como acontecia em outros países, os mosteiros não eram apenas instituições religiosas, mas centros de estudos, onde os manuscritos eram compilados e preservados.

Um exemplo notável da contribuição dos tradutores para a difusão do conhecimento é o das *Revelationes*, de Santa Brigitte²¹. O texto latino dessa obra foi estabelecido com base em um original sueco e, por volta de 1380, retraduzido para o antigo sueco. Com a exceção do *Corpus juris*, fundamental para a criação da legislação sueca, essa tradução é considerada a primeira de importância para a língua sueca. Como vimos no cap. 2, renunciou a padronização do sueco pelos líderes da Reforma, no século XVI.

Uma tradução norueguesa da Bíblia foi iniciada durante o reino de Haakon V. Magnusson, no século XIII, mas alguns textos seculares foram também traduzidos do latim para o norueguês. Por exemplo, a *Vida de Merlin*, por Geoffrey of Monmouth (c. 1100-54), responsável pela introdução da lenda do rei Artur na literatura européia, foi escrita em verso como *Profecias de Merlin*, por um monge em Thingeyrar, em combinação com a tradução da *Historia regum Britanniae*, de Monmouth. Em um manuscrito do século XIV, esse texto era precedido pela *Saga dos troianos*, tradução de texto atribuído a Dares Phrygius, um sacerdote de Tróia, que era bem conhecido na Idade Média em sua versão latina. Nessa época, numerosas obras francesas foram também traduzidas.

Depois do ano 1000, as nações da Europa Setentrional sacrificavam sua língua e identidade nacional em favor do latim. Só por volta de 1500 sua literatura secular começou a emergir, em vernáculo. As traduções de Martinho Lutero deram um ímpeto ao nacionalismo escandinavo, e suas versões da

Bíblia foram traduzidas rapidamente do alemão para o dinamarquês e o sueco. A Bíblia de Lutero (seu Novo Testamento de 1522 e o Antigo Testamento de 1534) teve influência ainda maior porque surgiu logo depois do desenvolvimento da tecnologia de impressão. As traduções escandinavas eram fundamentais para que a região rompesse com o universalismo da Igreja Católica e passasse a influir, pelos séculos seguintes, no desenvolvimento da forma escrita dessas línguas.

O latim, língua franca internacional da ciência e da cultura, foi levado à Escandinávia em data relativamente tardia e continuou a ser usado ali por mais tempo do que em muitas outras nações européias. Quando, em 1841, Kierkegaard apresentou sua dissertação de mestrado em dinamarquês, precisou obter uma licença especial do rei, pois todos os trabalhos de erudição eram escritos em latim. No entanto, Kierkegaard foi obrigado a usar o latim nos documentos anexados à tese, assim como na sua defesa. Grandes cientistas publicaram trabalhos em latim. O astrônomo dinamarquês Tycho Brahe (1546-1601), por exemplo, avançou notavelmente na observação astronômica e tentou conciliar os sistemas de Ptolomeu e Copérnico em um livro intitulado *Astronomiæ instauratæ progymnasmata*, editado mais tarde pelo seu discípulo Kepler e publicado em Praga em 1602-3. O botânico sueco Carolus Linnaeus (Carl von Linné, 1707-78), o primeiro cientista a introduzir uma classificação sistemática das espécies, a princípio na botânica, depois da zoologia, adotando uma nomenclatura binomial (gênero/espécie), publicou os resultados dessa pesquisa em latim, na *Flora lapponica*, lançado em Amsterdã em 1737. Uma versão inglesa da sua obra, por J. E. Smith, tinha como título *Lachesis lapponica*. Os trabalhos do químico sueco K.W. Scheele (1742-86) foram traduzidos para o inglês por J. G. McIntosh, em 1901, e uma segunda vez por L. Dobbin, em 1931.

A língua alemã (o baixo-alemão na Idade Média, o alto-alemão depois da Reforma) foi usada na comunicação cultural, diplomática e comercial entre os escandinavos e seus vizinhos meridionais, servindo como fonte para numerosas traduções. Só nos primeiros anos do século XX começou a ser suplantada pelo inglês. Durante os séculos XVII e XVIII, o francês teve igualmente grande importância para a cultura escandinava, sobretudo na corte do rei Gustavo III da Suécia, no fim do século XVIII.

O humanista Christiern Pedersen (1480-1554), que estudou em Greifswald e recebeu ordens sagradas em 1505, foi um dos primeiros estudiosos a encorajar o desenvolvimento da literatura da Dinamarca, usando o vernáculo. Em 1508 viajou a Paris, onde produziu, em 1514, a primeira edição dinamarquesa da *Gesta danorum* (Crônicas dinamarquesas), obra de Saxo

Grammaticus, escrita em latim em 1210. Editou também os provérbios de Peder Laale e compilou um dicionário latino-dinamarquês. De regresso à Dinamarca, apoiou a Reforma e tornou-se secretário de Cristiano II, acompanhando-o no exílio holandês, em 1525. Na Holanda, Pedersen traduziu para o dinamarquês parte do Novo Testamento (1529) e os Salmos (1531). Contribuiu também para a tradução dinamarquesa da Bíblia luterana, impressa em 1550.

As *Gesta danorum*, de Saxo, foram traduzidas para o dinamarquês por Anders Sorensen Vedel, em 1575; por Sejer Schousbolle, em 1752, Nicolai F. S. Grundtvig, em 1822, Winkel Horn, em 1879 e Jorgen Olrik, em 1908-12. A tradução de Grundtvig ("o arquiteto da identidade escandinava", conforme Lambert, 1986) foi a que teve maior influência. Grundtvig traduziu também *Heimskringla* (Sagas dos reis da Noruega), escritas seis séculos antes pelo historiador islandês Snorri (1179-1241). Em 1820, produziu uma tradução dinamarquesa do poema épico anglo-saxão *Beowulf*. Grundtvig teve um papel de grande importância na construção da Dinamarca moderna, com seus esforços para difundir conhecimentos entre os fazendeiros do país, a viga mestra da economia nacional, e para reavivar a memória dos heróis vikings e dos deuses nórdicos.

O primeiro autor finlandês conhecido foi Mikael Agricola (c. 1510-57), bispo de Turku, que importou o luteranismo da Alemanha; escreveu um livro de aprendizagem elementar em 1540 e algumas obras religiosas e educativas. Sua tradução do Novo Testamento foi impressa em 1548, e a versão de alguns livros do Antigo Testamento em 1551-52. Uma Bíblia finlandesa completa foi publicada em 1642, em Estocolmo.

O domínio da Finlândia pela Suécia, formalizado pela paz de Nöteborg, em 1323, e que persistiu até a anexação pela Rússia, em 1809, não favoreceu o desenvolvimento da literatura em finlandês. Depois de 1809, contudo, cresceu o espírito nacionalista, e os finlandeses começaram a escrever na sua língua. A primeira edição do *Kalevala*, o poema épico pré-cristão que vinha sendo transmitido oralmente ao longo dos séculos, foi publicada em 1835 pelo médico e erudito Elias Lönnrot, que percorreu todo o país em busca do material usado pelos cantores folclóricos. Lönnrot contribuiu para desenvolver o vocabulário técnico e científico finlandês e compilou um dicionário finlandês-sueco (1866-80). O *Kalevala* é comparável a outras obras universais, como o *Mahabharata* indiano, o *Beowulf* e os poemas de Homero, e já foi traduzido em muitas línguas: alemão, russo, inglês, francês e até mesmo japonês.

Através de traduções, muitos autores escandinavos ingressaram na literatura mundial: os contos de Andersen são lidos agora em cerca de noventa línguas; Kierkegaard teve um impacto importante na filosofia moderna; e as peças inovadoras de Ibsen e Strindberg contribuíram de forma significativa para o teatro moderno. Os tradutores ajudaram não só a levar a cultura estrangeira para os países nórdicos, marcados muitas vezes pelo isolamento, como também garantiram que sua riqueza de realizações culturais fosse compartilhada pelo resto do mundo.

As páginas precedentes não permitiram mais do que um breve relance na vasta história da transmissão, criação e difusão do conhecimento. Através dos séculos, os tradutores atuaram como agentes de mudanças, transformando o conteúdo das obras transportadas de uma língua para outra. Cada livro traduzido é uma obra enriquecida, um passo adicional no progresso do conhecimento. Isso ficou claro no trabalho dos cientistas-tradutores chineses e indianos, na Casa da Sabedoria de Bagdá e na Escola de Toledo. A contribuição dos tradutores para a promoção do conhecimento, combinada com suas realizações nos campos da religião e da literatura, pode habilitar uma cultura a se descobrir. A experiência dos países nórdicos é, neste aspecto, exemplar.

A tradução é um processo criativo. A língua da cultura-meta se beneficia com o trabalho dos tradutores, que precisam forjar novos termos para denotar os novos conceitos e realidades que encontram. Em Bagdá, em Toledo e na Europa medieval, os tradutores ajudaram a desenvolver uma linguagem científica, um registro erudito para o vernáculo, fazendo empréstimos em outras línguas ou ampliando os recursos da língua-meta nascente. E quanto mais os textos traduzidos se integravam no sistema lingüístico e na tessitura cultural da cultura recipiente, mais largamente se difundiam. Assim, o conhecimento ultrapassou o círculo estreito dos eruditos e dos especialistas, que tinham acesso às línguas da elite: o hebraico, o grego, o latim, o sânscrito.

A popularização alcançada pelos tradutores coincidiu com o surgimento das línguas nacionais, que eles também ajudaram a legitimar, e com uma certa democratização da educação. Com efeito, os tradutores também contribuíram para divulgar as teorias da educação. Veronese Guarino (c. 1370-1461) traduziu um conhecido trabalho de Plutarco (50-120) sobre a educação infantil, em 1411. Isto deu um impulso poderoso ao desenvolvimento do moderno pensamento pedagógico. Da mesma forma, a edição polonesa de um

livro sobre educação, escrito por Pietro Paolo Vergerio (1370-1445) e traduzido por Marcin Kwiakowski em 1564, estimulou o crescimento das idéias humanistas sobre educação na Europa Central, Ocidental e Meridional. O movimento em favor das escolas públicas nos Estados Unidos, no Canadá e na América Latina inspirou-se principalmente na tradução inglesa, de 1835, de um livro de Victor Cousin (1792-1867), intitulado *Rapport sur l'état de l'instruction publique en Prusse* (1831) (Paplauskas-Ramunas, 1956, p. 110).

Os tradutores trabalham para disseminar o conhecimento; suas realizações abrangem a circulação das idéias e o desenvolvimento da linguagem científica. As obras traduzidas e retraduzidas várias vezes refletem não só a migração do conhecimento como também a reforma contínua das línguas que o exprimem.

Este capítulo foi escrito por Myriam Salama-Carr (Reino Unido), em colaboração com Ronald H. Bathgate (Holanda), Jean Delisle (Canadá), Clara Foz (Canadá), Li Nanqin (China), Shantha Ramakrishna (Índia) e Lars Wollin (Suécia).

NOTAS

- ¹ Os nomes chineses estão grafados de acordo com o sistema Pinyin de transliteração, adotado oficialmente pela República Popular da China em 1979, para uniformizar a grafia do chinês nas línguas ocidentais, em substituição ao tradicional sistema Wade-Giles usado nos países de língua inglesa. Quando apropriado, incluiu-se entre parênteses a grafia tradicional, e em alguns casos outras variantes constam das notas. O nome de família aparece em primeiro lugar, seguido pelo nome pessoal, de acordo com o costume chinês.
- ² Algumas grafias alternativas: Suan Zhuang, Zuanzang, Hiuan-Tsang, Hiuen Tsiang, Hiuen Tshang, Yuan Chwang.
- ³ A doutrina budista se fundamenta nos ensinamentos orais de Buda (século VI a.C.) e se divide em duas seitas principais: o budismo original ou Pequeno Veículo (Hinâyâna ou Theravâda), que se desenvolveu sobretudo no norte da região (Tibete, China, Japão), e o budismo desenvolvido, ou Grande Veículo (Mahâyâna), mais aberto a novas idéias sobre a religião, o misticismo e o culto. O Grande Veículo levou à formação de uma variedade de seitas.
- ⁴ O *Almagesto* foi a obra mais importante do astrônomo grego Ptolomeu (100-170 d.C.). Do grego *megiste* ("o maior" tratado ou compilação), o texto árabe ficou conhecido como *Takrîr al-majistî*, daí o título latino. Compõe-se de treze livros que combinam a pesquisa do próprio Ptolomeu com os conhecimentos anteriores e permaneceu como a obra padrão sobre astronomia até a época de Copérnico. Vide também os caps. 5 e 7.

- ⁵ A dinastia Manzhou (Manchu) foi instituída na China depois da derrota da dinastia Ming, em 1644. Seus doze imperadores reinaram até 1912, quando a República foi fundada.
- ⁶ Seus nomes chineses são Li Madou, Long Huamin, Xiong Sanba, Ai Rueno e Luo Yagu, respectivamente.
- ⁷ A Primeira Guerra do Ópio (1839-42) foi provocada pelos esforços da China para apoderar-se de uma grande carga de ópio importada ilegalmente pelos ingleses. Estes sitiaram Cantão e forçaram a China a ceder-lhes Hong Kong. Os chineses foram obrigados também a restituir o ópio confiscado e a abrir vários portos para o comércio europeu.
- ⁸ Dioscórides (c. 20-70) foi o autor do texto remanescente mais antigo que se conhece sobre drogas e sua utilização; Galeno (c. 130-200) adquiriu fama pelo seu trabalho no campo da anatomia.
- ⁹ Outros tradutores que merecem registro: Jean Sylvain Bailly (1736-93), Ruben Burrow, Joseph Tieffenthaler, John Bentley e Léon Réodet. Vide Sen (1972, p. 44-70).
- ¹⁰ Os idiomas pracríticos (prakrit) são um grupo de dialetos indianos derivados do sânscrito ou que se desenvolveram paralelamente. As relações entre o prakrit, que ainda hoje é a língua sagrada do jainismo, e o sânscrito podem ser comparadas às que existem entre o latim clássico e o latim vulgar.
- ¹¹ O *Mababharata* foi imensamente popular. Traduzido em todos os países que tiveram contato com a cultura indiana, introduziu numerosos temas na literatura e na arte desses países.
- ¹² Os *Vedas* são uma coleção de textos poéticos e sagrados em sânscrito antigo, e constituem os primeiros documentos literários da Índia. O vedismo é uma forma arcaica do bramanismo.
- ¹³ Esta lenda foi mencionada por Alexander Don, autor de uma tradução inglesa do farsi (persa) de 1770, intitulada *Farishta's history*.
- ¹⁴ Thomas Babington Macaulay (1800-59), historiador e estadista inglês, serviu na Índia de 1834 a 1838, tendo procurado criar ali um sistema educacional do tipo inglês. Foi também responsável pela preparação do código penal que se tornou a base do direito criminal indiano.
- ¹⁵ Em particular Ibn al-Nadīm (1871), em seu *Fihrist* (Índice), completado em 987. Os principais tradutores da época recebiam cerca de 500 dinares de ouro por mês. Diz-se que o califa al-Ma'mûn pagou a Hunayn ibn Ishâq (808-75) o peso em ouro de suas traduções para o árabe e que Hunayn entriqueceu usando um papel especialmente pesado (Makdisi, 1990, p. 245).

- ¹⁶ Em oposição à doutrina islâmica ortodoxa, a seita Mu'tazalita considerava a razão como uma fonte do conhecimento religioso. Para eles, o Corão, como algo criado, podia não ser eterno. Essa crença foi adotada por Al-Ma'mûn, que, em 833, a impôs obrigatoriamente, como um artigo de fé.
- ¹⁷ Esta ordem religiosa, cujo nome provém da cidade de Cluny, na França, ocupou todos os bispados da Espanha na época da Reconquista.
- ¹⁸ Clérigo de origem eslava, usava os nomes latinos de Hermanni Secundi e Hermano quoque Dalmatia, assim como os nomes franceses de Herman de Carinthie e Hermann le Second. Não deve ser confundido com outro tradutor chamado Hermann, monge de origem alemã que morreu por volta de 1272 e tinha os nomes latinos de Hermannus Germanicus e Hermannus Teutonicus (Gil, 1974).
- ¹⁹ Este clérigo inglês é mencionado de diferentes modos: seus nomes medievais, que aparecem em vários documentos, são Robertus Ketenensis ou Retenensis; em inglês, Robert of Chester ou Robert of Kent, embora não se tenha certeza sobre a sua origem. Nos textos franceses é citado como Robert de Rétines, Robert de Ketton e Robert de Chester. É conhecido também como Roberto Castrensis, Roberto Astensis e Robertus Anglicus (Gil, 1974).
- ²⁰ Esse cônego da Catedral de Toledo ficou conhecido também como Gundisalvo, Gondisalve e Gonzalva. Produziu traduções entre 1130 e 1170 e foi um dos primeiros a traduzir Avicena.
- ²¹ Vide nota 12 do cap. 2.

LEITURA SUPLEMENTAR

Arnaldez e Massignon, 1957; Arnold and Guillaume, 1968; Badawi, 1968; Benson and Constable, 1982; Bergsträsser, 1913; Burnet, 1990; Burns, 1990; Corsi, 1983; Dharampal, 1971; Egan, 1972; Filliozat, 1949, 1963a, 1963b, 1963c, 1970; Foz, 1988, 1989; Gil, 1974; Hamesse e Fattori, 1990; Haskins, 1967, 1970; Hoernle, 1987; Irfan Habib, 1989, 1990; Irfan Habib e Dhruv, 1989; Jacquart e Micheau, 1990; Kelly, 1979; Lemay, 1962; Li, 1982, 1983a, 1983b, 1983c, 1983d, 1984, 1993; Lindberg, 1978; Madkour, 1969; Needham, 1954; Pingree, 1963, 1978; Pym, 1994; Salama-Carr, 1990; Sarton, 1962; Schwab, 1950; Srinivasaiengar, 1967; Stoberski, 1972; Tomova, 1981; Vaillot, 1978; Van Hoof, 1981, 1991, 1993; Venuti, 1992; Vernet, 1978, 1985; Watters, 1905; Wollin, 1993; Zuck, 1990.